

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.553.360 - RJ (2019/0221777-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **RODRIGO AMADO MARTINS**
AGRAVANTE : **CARLOS ALBERTO NOLASCO JUNIOR**
ADVOGADOS : **ANTÔNIO FERREIRA COUTO FILHO - RJ026991**
 ALEX PEREIRA SOUZA - RJ089754
 JANAÍNA PEREIRA DOS SANTOS - RJ144075
 GUILHERME PEREIRA DIAS - RJ166524
AGRAVADO : **MYRIAM PEREIRA GUIDO DE MELLO**
ADVOGADOS : **JOÃO RICARDO AYRES DA MOTTA - RJ084803**
 ISADORA ABDU NOGUEIRA - RJ211758

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que negou seguimento ao recurso especial por inexistência de violação de lei federal e incidência da Súmula n. 7 do STJ (e-STJ fls. 724/735).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 645):

Apelação Cível. Direito Civil. Anulação de ato jurídico.
Promessa de compra e venda de imóvel celebrada em 2001, sob a vigência do Código Civil de 1916. Terreno de Marinha. Alegação de nulidade. Aumento exorbitante da taxa de ocupação demonstra desequilíbrio contratual.
Ciência somente no ano de 2013 que a matrícula do terreno negociado fora cancelada. Sentença que julgou improcedentes os pedidos ante a ocorrência de prescrição e decadência.
Decadência configurada em relação à nulidade absoluta do contrato. Inteligência do art. 178, §9º, V, "b" do CC/1916. Observância do art. 2.028 do CC/2002. Prazo decadencial de quatro anos a contar da assinatura do contrato. Aplicação do art. 178, I e II, do CC/2002. Ocorrência de prescrição quanto aos demais atos praticados em decorrência do contrato configurada.
Inteligência do art. 177 do CC/1916. Observância do art. 2.028 do CC/2002. Prazo prescricional de cinco anos a contar da data de entrada em vigor do CC/2002.
Aplicação do art. 206, § 5º, I, do CC/2002.

Os embargos de declaração foram rejeitados (e-STJ fls. 678/684).

No especial (e-STJ fls. 701/714), fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, os recorrentes alegaram, além de divergência jurisprudencial, ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 por negativa de prestação jurisdicional.

Apontaram afronta aos arts. 166, I e V, e 167, *caput* e § 1º, do CC/2002 e 371 do CPC/2015, sustentando, em síntese, a existência de comprovação de nulidade absoluta do contrato.

No agravo (e-STJ fls. 782/789), afirmam a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Contraminuta apresentada pela recorrida (e-STJ fls. 793/801).

É o relatório.

Decido.

Não há falar em ofensa aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* pronunciou-se, de forma clara e suficiente, sobre as questões suscitadas nos autos. Não há negativa de prestação jurisdicional quando os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão, ainda que em sentido diverso do sustentado pela parte, como de fato ocorreu na hipótese.

No mais, extraem-se as seguintes razões de decidir do aresto impugnado (e-STJ fls. 647/649):

Para procedência do pedido formulado pelos apelantes de declaração de nulidade da promessa de compra e venda realizada, seria imprescindível a demonstração de que o que foi por eles alegado se enquadra dentre as hipóteses legais, quais sejam, erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, ou fraude contra credores.

(...)

A decadência se operou já que o prazo para postular a anulação à época da celebração do contrato, em 2001, era de quatro anos se verificado um dos vícios do art. 166 do Código Civil, e contar-se-ia da data de celebração do contrato, e não a data da ciência de eventual vício ex vi do o art. 178, §9º, V, "b" do Código Civil de 1916. Esse prazo é decadencial e não prescricional, conforme jurisprudências pátrias.

(...)

No que tange à anulação dos atos posteriores à celebração do contrato, verificou o juízo a quo a ocorrência de prescrição.

O especial, todavia, não traz impugnação específica capaz de combater fundamentação do acórdão, de modo que o recurso encontra óbice na Súmula n. 283 do STF. Um dos fundamentos centrais do acórdão impugnado é a conclusão de que teria ocorrido a decadência e a prescrição. Tal ponto, apto, por si só, a sustentar o juízo emitido, não foi rebatido nas razões recursais, aplicando-se, por analogia, o entendimento da referida súmula.

Além do mais, para acolher as razões recursais e reconhecer a existência de nulidade do negócio jurídico, seria imprescindível a reavaliação das cláusulas contratuais e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inviável em recurso especial, haja vista o teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Com relação ao dissídio jurisprudencial, importa ressaltar que o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação dissonante e a demonstração da divergência, mediante o cotejo analítico do acórdão recorrido e dos arestos paradigmas, de modo a se verificarem as circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados, ônus dos quais a parte recorrente não se desincumbiu.

Diante do exposto, NEGO PROVIMENTO ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 20% (vinte por cento) o valor atualizado dos honorários advocatícios arbitrados na origem em favor da parte recorrida, observando-se os limites dos §§ 2º e 3º do referido dispositivo.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se e intímem-se.

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator